

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Departamento de Ciências Contábeis
4º Período – Noturno
Contabilidade Avançada
Contabilidade Fiscal e Tributária
Contabilidade de Entidades de Previdência Privada e Seguradoras
Direito do Trabalho e Legislação Previdenciária
Logística das Organizações

CPC APLICADO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Belo Horizonte
18 maio 2015

CPC APLICADO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Resumo de trabalho apresentado às disciplinas: Contabilidade Avançada, Contabilidade Fiscal e Tributária, Contabilidade de Entidades de Previdência Privada e Seguradoras, Direito do Trabalho e Legislação Previdenciária e Logística das Organizações, do 4º período do Curso de Ciências Contábeis - Noite – do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Cristiano Moreira da Silva;
João Virgílio S. Costa;
Marco Antônio Pereira;
Nivaldo Carvalho da Silva;
Sérgio Eduardo Enoch.

Belo Horizonte
18 maio de 2015

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 A CONTABILIDADE BRASILEIRA E A CONVERSÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS.....	4
3 AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	6
4 CPC PME: CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.....	7
5 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
6 ESTUDO DE CASO A.....	12
6 ESTUDO DE CASO B.....	13
7 CONCLUSÃO	16
REFERENCIAS	18
APENDICE A – ESTUDO DE CASO A	20
APENDICE B – ESTUDO DE CASO B	23

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é um instrumento fornecedor de informações econômico e financeiras das entidades para seus stakeholders internos ou externos, seja fornecedores, investidores ou até mesmo instituições financeiras. Estes parceiros de negócios podem estar localizados em um mesmo país ou do outro lado do mundo.

Diante deste cenário globalizado, órgãos internacionais de contabilidade como *International Accounting Standards Board* (IASB) e a *International Federation of Accountants*(IFAC), estabeleceram normas contábeis para serem adotadas a nível mundial, estabelecendo que os mesmos critérios contábeis adotados em um país europeu fosse adotado por países da América latina. Esta padronização é chamada de IFRS - *International Financial Reporting Standard*.

No Brasil, o padrão internacional de contabilidade IFRS teve como origem a Lei 11.638/2007 para as empresas classificadas como de grande porte e em 2009 pelo CPC PME para as demais entidades através da RESOLUÇÃO CFC Nº. 1.255/09.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objeto de estudo, a apresentação e análise dos demonstrativos contábeis de uma empresa enquadrada no CPC PME, que trata as normas internacionais de contabilidade aplicado a pequenas e médias empresas.

O objetivo geral da pesquisa, foi de evidenciar através de pesquisa de campo, se o padrão internacional de contabilidade IFRS - *International Financial Reporting Standard*, estabelecido pelo CPC PME vem sendo adotado por empresas de pequeno e médio porte.

Já os objetivos específicos foram definir quais as principais características que definem as PME's, evidenciar principais demonstrações contábeis que devem ser apresentadas por estas entidades, e como estas demonstrações podem contribuir de forma significativa para o princípio da continuidade, considerando que a adoção dos padrões internacionais de contabilidade tem como um dos pilares, demonstrar de forma transparente a situação econômica e financeira da entidade.

2 A CONTABILIDADE BRASILEIRA E A CONVERSÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS

A Contabilidade, como uma ciência social aplicada, sofre mutação de acordo com fatores culturais, econômicos, legais e políticos. Por esse motivo, haviam divergências entre as formas de mensuração, análise e divulgação do patrimônio das entidades entre os países.

No Brasil, a Contabilidade não tinha uma padronização, era elaborada basicamente para atender as exigências do sistema fiscal. Isto não significa que eram realizadas de modo errado, apenas não existia uma norma de mensuração do patrimônio que era obedecida universalmente.

A autora WEFFORT, Elionore, em sua tese de doutorado que posteriormente foi transformado em livro, lista algumas das principais razões para a diferença das práticas contábeis, de modo geral, entre os países:

- a) características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis;
- b) características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores);
- c) modos pelos quais se pode organizar a sociedade na qual o modelo contábil se desenvolve, refletidos principalmente através de suas instituições;
- d) aspectos culturais;
- e) outros valores externos.

Diante destes fatos houve a necessidade de harmonização contábil mundial em todas as fases da contabilidade, como reconhecimento, mensuração e publicação em que deveria obedecer aos “princípios contábeis”. É importante salientar que para que esta harmonização fosse consolidada universalmente deveria abranger as duas faces da contabilidade.

Os esforços de harmonização contábil não podem ignorar que, na realidade, existe a harmonização de fato e a de direito, não necessariamente coincidentes. A contabilidade de direito representa a consistência na forma (ou normas), e a de fato representa consistência na aplicação atual (ou práticas). (WEFFORT, 2005).

No Brasil, o principal marco da convergência para adoção dos postulados internacionais foi a aprovação da lei 11.638/07, que definiu que o

país deveria ter como seu modelo contábil o mesmo utilizado no mercado internacional.

A partir deste marco autoridades e especialistas concluíram necessária a “definição de critérios uniformes de contabilidade, tecnicamente robustas e claramente comprometidos com uma total transparência do desempenho empresarial”, (LOPES, José ET AL, 2009 p. 267), adotando as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que tem objetivo desenvolver pronunciamento que trazem transparência, responsabilidade e eficiência aos mercados financeiros em todo o mundo.

Assim, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis que tem como objetivo estudo, preparo e emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (Site cpc)

Este novo órgão independente, foi idealizado e criado em função das necessidades de convergência internacional das normas, centralização na emissão de normas, orientações e interpretações desta natureza.

O pronunciamento do Comitê voltado para as pequenas e médias empresas, que têm a maior representatividade na economia nacional, (CPC PME) é uma demonstração clara da convergência das normas locais adotadas para as internacionais, respeitando as particularidades da economia, sociedade e cultura brasileira.

Alguns dos principais benefícios da adoção as normas internacionais na contabilidade brasileira são: Maior consistência das demonstrações financeiras entre os países e facilitar o acesso de empresas nacionais aos mercados de capitais estrangeiros.

3 AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As pequenas e médias empresas são aquelas que não têm obrigação pública de prestação de contas e que elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para os usuários externos, sejam credores existentes e em potencial e agências de avaliação de créditos, conforme é evidenciado no Pronunciamento Técnico PME, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da NBC T19.41, resultante da Resolução CFC1.255/2009.

Contezini (2014), da Revista Gestão e Negócios, classifica as pequenas e médias conforme atribuição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), utilizando o número de funcionários da organização como referencial. Deste modo, as empresas pequenas que pertencem a Indústria são aquelas que possuem de 20 a 99 empregados e de médio porte, as de 100 a 499 empregados. No Comércio e Serviços, as pequenas possuem de 10 a 49 empregados e as médias, de 50 a 99.

A classificação de porte de empresa adotada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) é aplicada a todos os setores da economia e diz que as empresas de pequeno porte devem ter receita operacional bruta anual maior que R\$2,4 milhões e menor ou igual a R\$16 milhões. Já as empresas de médio porte, devem ser maior que 16 milhões e menor ou igual a 90 milhões. É importante destacar que a receita em questão auferida no ano-calendário é entendida de 3 modos: o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia.

4 CPC PME: CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

O CPC PME é um conjunto de princípios contábeis que não precisa ser lido “em conjunto” com qualquer outra norma como, por exemplo, com os outros CPC. A leitura e a aplicação da norma são muito mais simples se comparadas ao CPC pleno.

O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, que seja útil aos usuários para a tomada de decisões econômicas.

Em geral o CPC PME pode ser aplicado somente por empresas que não tem obrigação pública de prestação de contas, independentemente de sua forma jurídica (Ltda., S.A., etc.). Ainda que seja desejável para muitas empresas aplicarem o CPC PME, são proibidas de utilizar essa norma: (i) as companhias abertas, reguladas pelo Comitê de Valores Mobiliários; (ii) as sociedades de grande porte (instituições com o ativo total superior a R\$240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$300 milhões); (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pela correspondente órgão regulador com poder legal para tanto, de acordo com explicação de George Santos (2012).

Conforme pronunciamento, o CPC PME, esclarece que as Pequenas e Médias Empresas:

- a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Ressalta-se que em referência à obrigatoriedade de publicação das demonstrações contábeis, o Pronunciamento elucida, que, se a empresa for obrigada a prestação pública de contas e aplicar o CPC PME em seus relatórios contábeis, estes não poderão ser descritos como se estivessem em conformidade com as Normas de Contabilidade para PME, mesmo que haja permissão ou exigibilidade legal do uso do Pronunciamento. Deloitte (2010, p. 22).

Deste modo, estão obrigadas a elaborar seus relatórios contábeis de acordo com orientações do CPC PME as empresas que não tenham obrigação pública de prestação de contas e que não transacionem suas ações na bolsa de valores, independentemente de sua forma jurídica, podendo ser Limitada (Ltda.) ou Sociedade Anônima (S.A.).

A definição das PME varia de acordo com a metodologia adotada por cada país, mais especificamente, pelo tamanho de cada mercado. De acordo com Puga (2002), ainda que as empresas costumem ser classificadas em função da receita bruta anual, como ocorre no Brasil e na União Europeia, e do capital realizado, como na Coreia do Sul, Japão e Taiwan, classificam as organizações utilizando critérios mais detalhados, conforme a atividade econômica, levando em consideração o grau de competição da indústria, além de considerar o tamanho médio das empresas e as barreiras à entrada.

Com a finalidade de viabilizar a adequação das pequenas e médias empresas ao IFRS, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do Pronunciamento Técnico PME define a forma destas empresas adequarem sua contabilidade a nova legislação. A viabilidade da adequação ocorre através da simplificação das demonstrações contábeis, considerando a estrutura das pequenas e médias empresas.

As formas de simplificação foram limitando as políticas contábeis, excluindo tópicos considerados irrelevantes para as PME, simplificando os princípios para reconhecimento e mensuração e reduzindo significativamente o número de divulgações.

Como benefícios, podemos citar o acesso a financiamentos, melhoria na qualidade das demonstrações contábeis, maior transparência e segurança nas informações prestadas, mais atratividade para investidores estratégicos nacionais e internacionais, redução do custo de capital e bom nível de governança corporativa.

O interesse pelas Pequenas e Médias Empresas tem aumentado devido ao papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até em período de crise. Diversos setores produziram maiores volumes de inovações que grandes empresas não conseguiriam, provando dessa maneira, a capacidade de serem flexíveis e de rápida adaptação frente às mudanças tecnológicas (PUGA, 2000).

O mesmo autor afirma que para estimular o desenvolvimento das PME, governos buscaram conceder empréstimos, facilitar o acesso destas empresas ao sistema financeiro, conceder assistência técnica antes e depois do início das atividades e incentivar a cooperação entre elas.

Para Zoltan (2007), as PME possuem dois desafios diante da globalização, a proteção dos direitos de propriedade e barreiras à entrada. Uma limitação de operar no exterior é a barreira à entrada, tais como: imperfeições no mercado financeiro; diferenças de sistemas legais; culturas e línguas. Estas barreiras limitam a expansão internacional, sendo esta limitação maior para as pequenas empresas quando comparadas às grandes organizações.

O autor sugere como políticas, a eliminação das barreiras à entrada, quando possível; inovações legais para proteger os direitos de propriedade; manter um eficiente ambiente institucional para mitigar custos de transação; e abrir o mercado doméstico para multinacionais.

O setor das PME representa cerca de 43% da renda total dos setores industrial, comercial e de serviços, o que equivale a 30% do PIB do país. Em contrapartida, são responsáveis por apenas 2% do total das exportações. (SEBRAI, 2011).

O IFRS são um conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB -*International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade), que visam uniformizar os procedimentos contábeis e as políticas existentes entre os países, melhorando a estrutura conceitual e proporcionando a mesma interpretação das demonstrações financeiras, conforme conceitua a Amec - Associação de Investidores no Mercado de Capitais.

Embora se estabeleça princípios de contabilidade comuns, proporcionando maior transparência entre as empresas e permitindo a comparabilidade das demonstrações financeiras em nível internacional, sua implementação e aplicação por parte das PME não será uma tarefa simples, conforme Mandilaset al. (2010). Segundo os autores, as diferentes necessidades existentes entre os usuários das PME, o custo exigido para adoção e aplicação da IFRS e a eficiência de conhecimentos são considerados alguns dos fatores que impedem o sucesso da adoção da IFRS pelas PME.

Os autores acreditam que a adoção da IFRS e a existência de um sistema de contabilidade comum não oferecerão muitos benefícios, porém entendem que as empresas poderão ser beneficiadas em função do aparecimento de novas oportunidades para expandir e aumentar os investimentos.

A entidade, ainda de acordo com os autores, deve identificar claramente cada demonstração contábil e notas explicativas e distingui-las de outras informações eventualmente apresentadas no mesmo documento. Além disso, a entidade deve evidenciar as seguintes informações de forma destacada, e repetida quando for necessário para a devida compreensão da informação apresentada:

- a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis se referem, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do exercício anterior;
- b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;
- c) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto pelas demonstrações contábeis;
- d) a moeda de apresentação, conforme definido na Seção 30 Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- e) o nível de arredondamento, se existente, usado na apresentação de valores nas demonstrações contábeis.

A entidade deve divulgar as seguintes informações nas notas explicativas:

- a) o domicílio e a forma legal da entidade, seu país de registro e o endereço de seu escritório central;
- b) a descrição da natureza das operações da entidade e de suas principais atividades.

Assim, a contabilidade das pequenas e médias empresas está voltada para o atendimento tempestivo das exigências fiscais e tributárias, como, por exemplo, compreender a sistemática da Substituição Tributária, o Sistema Público de Escrituração Digital, a Nota Fiscal eletrônica e apuração dos impostos a serem pagos, entre outras.

5 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Conforme definido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC PME, todas as sociedades comerciais de capital fechado que não se enquadrarem na definição de empresa de grande porte conforme trata o § único do Art. 3º da lei 11638/2007, serão classificadas de médio ou grande porte, seja a entidade Limitada ou por ações.

No que concerne à definição de média ou pequena empresa, não existe na legislação fiscal vigente uma regra clara do que vem a ser de fato uma média ou pequena empresa.

O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento, classifica as empresas de acordo com seu faturamento conforme segue:

- a) Microempresa: Menor ou igual a R\$ 2,4 milhões;
- b) Pequena empresa: Maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões;
- c) Média empresa: Maior que R\$ 16 milhões e menor ou igual a R\$ 90 milhões;
- d) Média-grande empresa: Maior que R\$ 90 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;
- e) Grande empresa: Maior que R\$ 300 milhões.

Seguindo a definição do BNDES, o CPC PME se aplicaria apenas ao item *b* e *c*, excluindo portanto os itens *a* e *d*. Na prática, o CPC PME se aplica às empresas do item *a* ao item *d*.

Neste sentido, o alcance do CPC PME atinge desde empresas do simples nacional, com faturamento de até R\$ 3.600.000,00 à empresas obrigadas ao regime de apuração pelo Lucro Real com faturamento superior a R\$ 78.000.000,00 por ano calendário anterior.

Desta forma, aplicação do CPC PME não influencia no tratamento tributário da entidade, ou seja, as demais empresas não alcançadas pela lei 11.638/2007, deverão seguir as normas estabelecidas no CPC PME para apresentação dos demonstrativos contábeis e a legislação fiscal em vigor para recolhimento de tributos e apresentação das obrigações acessórias.

6 ESTUDO DE CASO A

O estudo realizado tem caráter descritivo e visa analisar se os profissionais de prestadoras de serviços contábeis tem conhecimento sobre a convergência da contabilidade aos padrões internacionais. Além da obrigatoriedade na adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil na mensuração, avaliação e evidenciação nos relatórios econômico financeiros das entidades atendidas.

Quanto aos procedimentos, foi utilizado a técnica de levantamento, por meio da aplicação de questionários a colaboradores destas entidades que prestam serviços contábeis na cidade de Belo Horizonte – MG, que se encontra no Apêndice A, juntamente com os dados gerados.

Dentre os 11 colaboradores que responderam a pesquisa nota-se que há um aperfeiçoamento da mão de obra na área contábil 73%, que pode ser explicada pela maior exigibilidade demandada deste profissional, mesmo em contabilidades que atendem empresas de pequeno e médio porte. Estes tipos de empresas são as que criam a maior demanda por prestações de serviços contábeis terceirizados devido a sua estrutura enxuta.

Devido a esta melhor especialização dos profissionais de ciências contábeis, que passaram de técnicos para bacharéis 27%, a maior parte dos pesquisado tem ciência sobre a adoção e obrigatoriedade da correta interpretação e utilização dos pronunciamentos emitidos pelo CPC 83%. Entretanto os mesmos não têm tanta clareza de quando a atual legislação começou a vigorar no Brasil devido à adaptação ao padrão internacional dos demonstrativos econômico financeiros.

Quando perguntados sobre as vantagens e desvantagens sobre a harmonização contábil universal os entrevistados citaram, dentre outras coisas, a uniformidade, confiabilidade e segurança nas informações extraídas dos relatórios econômico financeiros. Entretanto citaram dificuldades em colocar a teoria nas praticas contábeis diárias.

6 ESTUDO DE CASO B

A empresa em estudo gerencia ativos intangíveis (marcas), está a mais de 5 anos no mercado e participa de um grupo de empresas em que comercializa e distribui peças para motocicletas e bicicletas há mais de 20 anos. Não foi autorizado o uso de seu nome, então vamos chamá-la de FICTÍCIA LTDA.

A Fictícia Ltda, vem crescendo junto ao mercado de autopeças e bipeças, e com isso, são novas marcas e novas empresas do ramo de duas rodas que vem abrindo a cada ano, o que faz com que o faturamento desta, aumente como consequência.

Neste estudo de caso vamos mostrar como as demonstrações contábeis e consequentemente a Contabilidade, são meios no qual os administradores de empresas podem controlar e principalmente planejar suas ações para otimizar seus lucros e seu bom fluxo de caixa durante um período, e até enxergar erros para que não sejam repetidos.

Ludícibus (1994, p.26) define o objetivo da Contabilidade como sendo o de: “[...] fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”. A partir da Contabilidade, o usuário possui parâmetros para definir suas projeções, tomar decisões com a segurança necessária e baseada em fatores confiáveis.

Hoje muitas das pequenas e médias empresas não têm aproveitado o apoio contábil na administração de seus negócios, já que os contadores em grande parte apenas cumprem as obrigações fiscais. Os pequenos empresários frequentemente não dão o devido valor para a Contabilidade, o que seria muito útil para seu cotidiano de constantes tomadas de decisões.

Conforme destaca Chér (1991, p.36), “a contabilidade tem sido encarada como um instrumento tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não encarada como um instrumento de apoio à administração”.

Para análise, foi feita três das principais demonstrações utilizadas para Contabilidade Gerencial, realizadas entre os anos de 2013 e 2014. São elas:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Resultado do Exercício;
- c) Demonstração de Fluxo de Caixa.

Seguindo os conceitos do CPC 03 (R2), primeiramente foi montada a DFC da empresa objeto de estudo para verificar as possíveis causas da diminuição do seu disponível mesmo com o aumento do lucro no ano 2014 em relação a 2013.

Conforme Apêndice B, a DFC mostra que a empresa teve uma diminuição de sua disponibilidade em cerca de R\$ 205 mil reais, mesmo tendo um aumento em cerca de R\$ 3,9 milhões em seu lucro.

Nota-se que com a atividade operacional o fluxo aumentaria um pouco, ou seja, o caixa não está sendo muito gasto na operação da empresa. Vê que o caixa tem sua maior movimentação por causa do empréstimo mútuo, que é um investimento no qual ele pretende recuperar a longo prazo. Além de investir a longo a prazo a empresa vem remunerando muito bem seus sócios, demonstrado claramente na DFC.

Com esta DFC o administrador da empresa consegue verificar onde foi investido seu dinheiro, ou seja, ele conseguirá entender como ela diminuiu seu caixa mesmo dando lucro. Que foi principalmente pelos empréstimos a coligadas e também pelo retorno imenso do capital próprio. Assim podendo detectar possíveis erros ou acertos no planejamento feito para as ampliações das empresas do grupo. Mas mostra que esta empresa é um excelente negócio.

O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e os índices financeiros e econômicos encontram-se também no apêndice B, segue:

Para análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado de Exercício, foram usados métodos que são muito usados hoje no meio empresarial ou acadêmico. Foi feita análise vertical e horizontal destas demonstrações, além da análise dos índices financeiros e econômicos, tais como, os índices de liquidez, de endividamento, margem operacional e líquida, entre outros.

As contas do disponível diminuíram, mas como já foi mais detalhado na análise da DFC. Percebe-se que o volume da empresa aumentou, crescendo as contas operacionais como, clientes, tributos a recuperar, imobilizado e intangível, fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas assim como obrigações tributárias.

Este aumento mostra-se principalmente nas contas de empréstimo

mutuo que cresceu 428% e reserva de lucros que aumentou 921% e estas respectivamente representam 56% do ativo e a outra 36% do passivo.

Através dos índices financeiros, nota-se como esta empresa é bem estruturada financeiramente. Seu índice de liquidez geral chega a ser surpreendente, seu ativo total é 25 vezes maior que das somas do passivo circulante e não circulante. Ou seja, tanto a longo, quanto a curto prazo ela tem condições de pagar dívidas tranquilamente. Seus índices de endividamento estão todos abaixo de 1 (um), pode-se dizer com isso que o capital de terceiros é bem menor que o capital próprio, tendo assim grande independência financeira e não precisando de capital de outros para financiar seus negócios.

Nota-se através dos índices econômicos, que a margem operacional é extremamente alta, pois depois de todas as despesas, a empresa tem 81% de lucro em relação ao seu faturamento, o mesmo acontece com a margem líquida que é de 82%, o que demonstra uma alta rentabilidade dela com relação ao volume da prestação de serviços. Para cada R\$ 1,00 de receita ela tem R\$ 0,82 de lucro.

Conclui-se através das análises das demonstrações que esta empresa está em aumento seu volume em todos os sentidos, como receita, despesas, bens, direitos, obrigações e de capital próprio. E que ela está muito bem financeiramente, consegue pagar todas suas dívidas com seus recursos. E também está muito bem economicamente, sua rentabilidade é de 82%, e sua eficiência em gerar receita é alta, por exemplo, para cada R\$ 1,00 o ativo permanente produziu em média R\$ 1,15.

Mesmo com sua diminuição no disponível, na qual os administradores podem achar que a empresa está ruim financeiramente, percebe-se que ela consegue pagar suas dívidas com seus ativos e ainda dá a eles um lucro muito alto. A única coisa que ele tem de verificar é se as outras empresas coligadas estão dando mesmo rendimento, já que em 2014 seus empréstimos mútuos chegaram a 56% do seu ativo. Os administradores precisam apenas continuar com sua gestão sempre se atentando a essas análises, já que são indispensáveis para um bom planejamento e conseqüentemente para um prospero futuro para empresa.

7 CONCLUSÃO

Com a aprovação lei 11.638/07, que marca a convergência da contabilidade brasileira ao patamar internacional, ocorreram muitas alterações em que foi necessário desde atualização dos profissionais da área até os usuários das informações econômico financeiros.

Alguma das mais importantes alterações no campo contábil foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Esta entidade autônoma foi constituída através da junção de vários órgãos, como por exemplo, Bovespa e Comissão de Valores Mobiliários, entre outros.

O Comitê instaurado é responsável pela emissão dos pronunciamentos que visa o correto procedimento no reconhecimento, mensuração e publicação, além das interpretações que tende a diminuir os erros.

A aplicação destas normas convergidas a serem aplicadas, devem estar de acordo com a cultura, economia e sociedade local. Sabendo disto foi emitido o pronunciamento CPC PME (Pronunciamento para Pequenas e Medias Empresas), devido a representatividade que as empresas deste porte tem na economia local e necessidade de criar parâmetros para estas terem relatórios financeiro íntegros e confiáveis para melhor tomada de decisão.

Devido conhecimento que as empresas de pequeno e médio porte tende a ter uma estrutura de custos enxuta, terceirizando, assim sua área contábil. No presente trabalho foi realizado uma pesquisa, de caráter descritivo, com colaboradores de entidades prestadoras de serviços contábeis da cidade de Belo Horizonte – MG, na qual verificamos apesar da lei obrigar as empresas a adotarem o padrão internacional de contabilidade ter entrado em vigor a sete anos, os profissionais da área ainda não estão capacitados. Entretanto está ocorrendo um processo de qualificação, visto que 72% são graduados ou estão em processo que visa suprir este problema informacional. Também podemos ponderar ainda não há uma consultoria por parte da contabilidade onde o profissional auxilia o empreendedor na melhor tomada de decisão.

Apesar da emissão obrigatória de alguns relatórios contábeis, como balanço patrimonial e demonstração do resultado, que mostram a situação econômico financeiro da empresa, evidenciamos neste trabalho as relevantes informações que a Demonstração de Fluxo de Caixa pode conter. As

informações da DFC complementam e solucionam parte da necessidade de informações demandada pelos usuários.

Outro ponto importante a se ressaltar, é que a adoção das normas internacionais de contabilidade além de conferir maior transparência e confiabilidade às informações contábeis, pode contribuir também para a captação de recursos no mercado financeiro, pois proporciona a entidade maior respaldo junto ao mercado.

REFERÊNCIAS

AMEC – Associação de Investidores no Mercado de Capitais. **IFRS: Conceito**. Disponível em <<http://www.amecbrasil.org.br/ifrs-rejeita-indicacao-da-amec-para-advisory-board/>>. Acesso em 15/04/2015.

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. **Porte de Empresa**. Disponível em: <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 17/05/2015.

BRASIL, **Lei nº 11.638 de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 17/05/2015.

CHÉR, Rogério. **A Gerencia das Pequenas e Médias Empresas**: o que saber para administrá-las, 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Maltese, 1991.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.pcp.org.br/pdf/CPC_PME_eGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 10/05/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Pronunciamentos Técnicos Contábeis 2009**. Brasília: CFC, 2010.

GODOY, Dagoberto Lima. **A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e a Flexibilização da Legislação Trabalhista** – o que falta avançar.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contabilidade Gerencial**.4.ed. São Paulo: Atlas,1986.

LIMA, Luiz Murilo Strube. **Entendendo e Aplicando as Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PERUCH, Fernanda Pagnan. **As Pequenas e Médias Empresas (PME'S) e a Convergência das Normas Contábeis ao Padrão Internacional**. Criciúma: 2011.

PUGA, F.P. **Experiências de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan**. Textos para Discussão n. 75. BNDES. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro, 2000.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; et al. **Estudando teoria da contabilidade**. Princípios e normas contábeis. São Paulo: Atlas, 2009. P.75 – 82.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; et al. **Estudando teoria da contabilidade**. Cenários internacionais da prática contábil. São Paulo: Atlas, 2009. P.293 – 298.

SANTOS, George Magno. **Critérios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção inicial do pronunciamento CPC PME**. São Paulo: 2013.

SEBRAE. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas**. 1º semestre 2005. Disponível em<<http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/boletimestatisticompe/boletim_estatistico_mpe.pdf>. Acesso em: 12/05/2015.

SZUSTER, Natan; et al. **Contabilidade geral**: introdução à contabilidade societária. Processo de convergência internacional e a estrutura conceitual básica da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2011. 3. ed. p 81 – 91.

VIEIRA, Ricardo. **Qual a importância e obrigatoriedade de sabermos utilizar o CPC para pequenas e medias empresas?** Disponível em: <<http://ifrsnaweb.blogspot.com.br/2011/05/importancia-do-cpc-para-as-pme.html>>. Acesso em: 11/05/2015.

WEFFORT, Elionor Farah. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influencias dos sistemas jurídicos e educacionais, da cultura e do mercado.** O modelo contábil e suas interações com o ambiente. São Paulo: Atlas, 2005. (serie empresa; 3) p.17 – 42.

WEFFORT, Elionor Farah. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influencias dos sistemas jurídicos e educacionais, da cultura e do mercado.** As forças de mercado. São Paulo: Atlas, 2005. (serie empresa; 3) p.61 – 70.

APÊNDICE A – ESTUDO DE CASO A

O presente anexo refere-se ao questionário enviado aos 20 profissionais de contabilidade que trabalham em prestadoras de serviços contábeis na cidade de Belo Horizonte – MG. Em seguida encontram-se os gráficos que evidencia as respostas de 11 colaboradores.

Questionário:

1- Em qual faixa se enquadra a maioria das empresas que vocês prestam serviços contábeis?

Micro empreendedor	1
Pequena empresa	5
Média empresa	4
Empresa de Grande Porte	1

2- Você tem conhecimento sobre os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis?

Sim	8
Não	3

3- Você sabia que a adoção do CPC nos demonstrativos contábeis é obrigatória?

Sim	9
Não	2

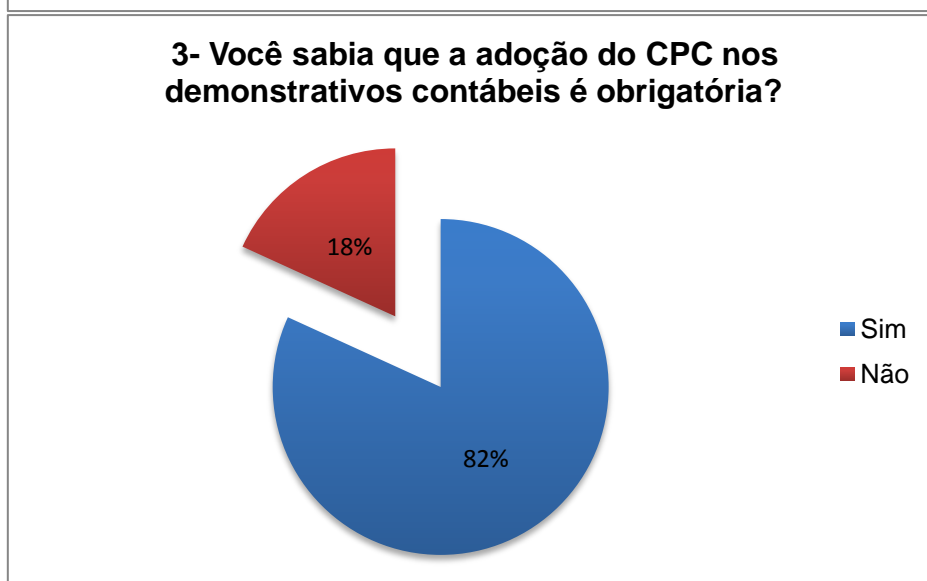
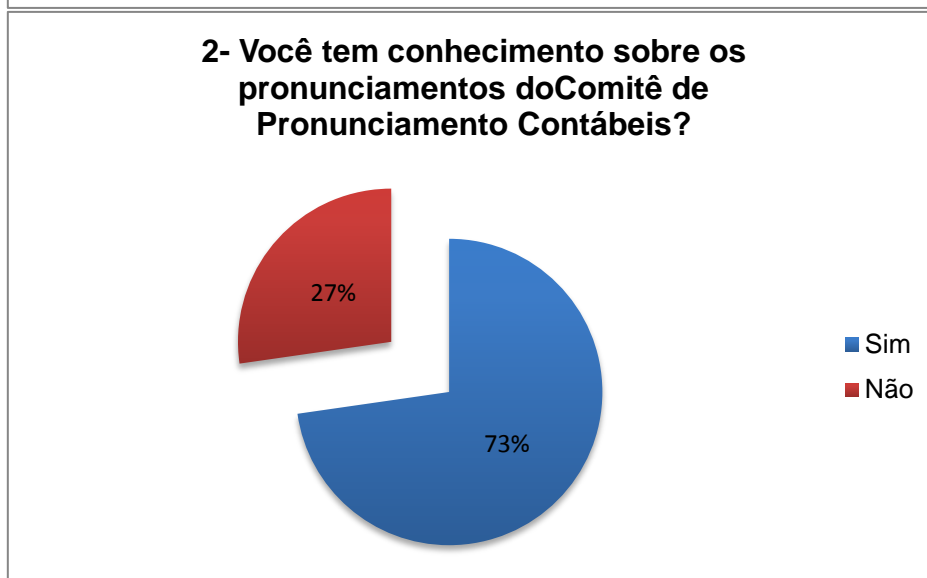
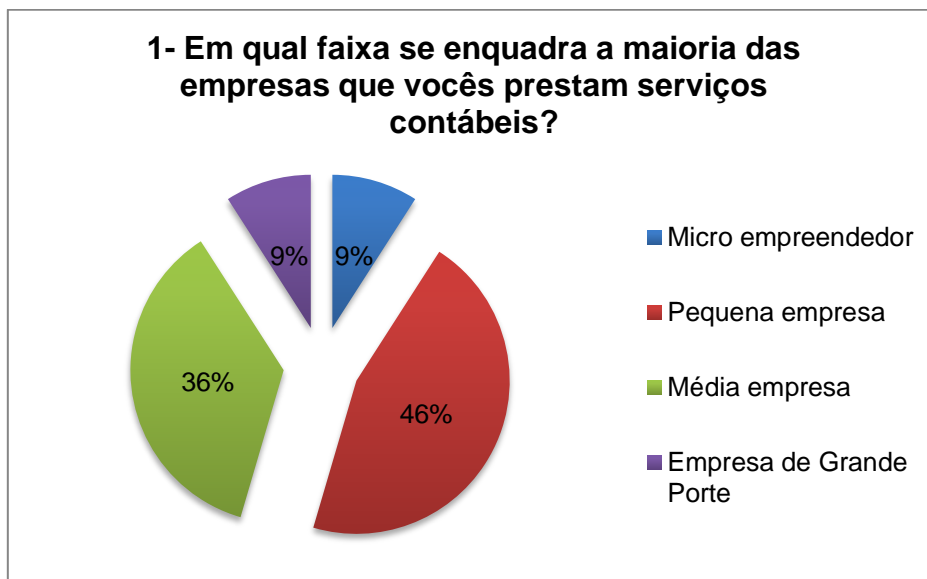
4- A partir de qual ano a contabilidade brasileira começou a adotar o padrão internacional de contabilidade?

Ano 2004	0
Ano 2008	6
Ano 2010	5
Ano 2013	0

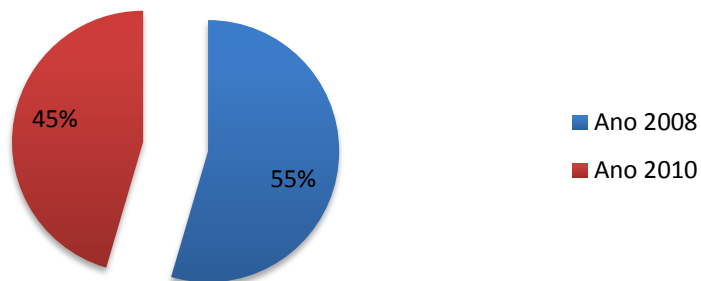
5- Qual o seu nível de instrução?

Técnico	3
Graduado	5
Estudantes	3

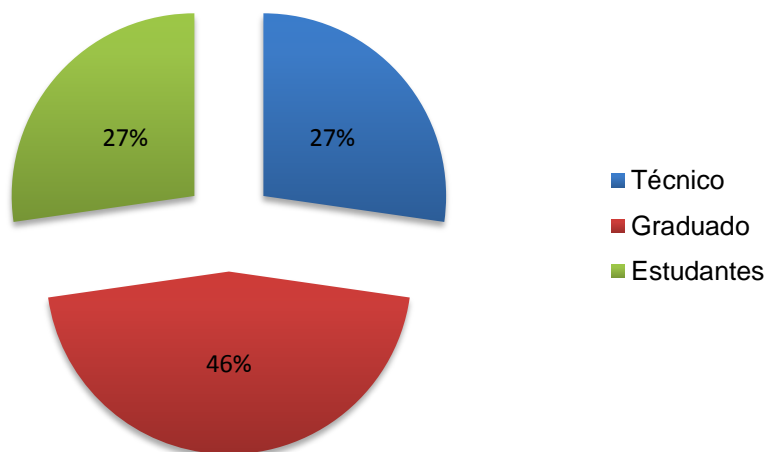
Gráficos:



4- A partir de qual ano a contabilidade brasileira começou a adotar o padrão internacional de contabilidade?



5- Qual o seu nível de instrução?



APÊNDICE B – ESTUDO DE CASO B

O presente apêndice refere-se às Demonstrações Contábeis da Fictícia Ltda. e comprovam as análises realizadas no Estudo de Caso B.

Demonstração de Fluxo de Caixa FICTÍCIA LTDA em 31/12/14:

Demonstração de Fluxo de Caixa FICTICIA LTDA em 31/12/2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(Milhares R\$)
Lucro Líquido	3914
Ajustes	
Depreciação e amortização	34
Ativo Operacional	
Clientes	-1810
Adiantamentos a funcionários	-1
Adiantamentos a fornecedores	1
Tributos a recuperar	-170
Passivo Operacional	
Fornecedores	31
Salários e encargos a recolher	61
Impostos e contribuições a recolher	139
Provisões com encargos sociais	57
Caixa líquido atividade operacional	2255
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aplicação financeira	-1
Aquisição de Imobilizado	-74
Aquisição de intangível	-5
Empréstimo Mútuo	-13620
Caixa líquido atividade de investimento	-13700
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	
Antecipação de Lucros	1629
Reserva de Lucros	9611
Caixa Líquido Atividade de Financiamento	11240
Diminuição do caixa e equivalente de caixa	-205
Caixa e equivalente de caixa	
Início do Período	5628
Fim do Período	5423
Diminuição do caixa e equivalente de caixa	-205

Balço Patrimonial FICTÍCIA LTDA em 31/12/2014:

Balço Patrimonial FICTÍCIA LTDA em 31/12/2014 – (valores em milhares)				
ATIVO			PASSIVO	
	2013	2014		
ATIVO CIRCULANTE	12.804	12.950	PASSIVO CIRCULANTE	886 1.174
Disponibilidades	5628	5423	Fornecedores	6 38
Contas a receber de clientes	2.747	4.557	Obrigações Sociais/Trabalhistas	323 441
Adiantamento e Antecipações	3	4	Obrigações Tributárias	557 696
Tributos a Recuperar	26	196		
Antecipação de Lucros	4.400	2.771	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	- -
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.337	17.003		
			PATRIMÔNIO LIQUÍDO	15.254 28.779
Empréstimos mútuos	3.180	16.800	Capital Social	200 200
Investimentos	14	16	Reserva de lucros	1.043 10.654
Imobilizado	176	250	Lucros ou Prejuízos acumulados	14.011 17.925
Depreciação	-34	-67		
Intangível	1	5		
TOTAL DO ATIVO	16.141	29.953	TOTAL DO PASSIVO	16.141 29.953

Demonstração de Resultado de Exercício em 31/12/2014:

Demonstração de Resultado do Exercício		
FICTICIA LTDA em 31/12/2014 (valores em milhares)		
Descrição	2013	2014
Receita Bruta de Vendas	19.670	25.161
<u>Deduções</u>	-1.163	-1.618
Receita Líquida de Vendas	18.508	23.543
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	18.508	23.543
Despesas administrativas e gerais	-2.387	-2.726
Despesas com vendas e distribuição	-52	-347
Outras receitas / (despesas) operacionais, líquidas	-	-1
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS		
(DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E	16.068	20.468
TRIBUTOS		
Receitas financeiras	99	263
Despesas financeiras	-2	-3
RESULTADO FINANCEIRO	97	259
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE A		
RENDA	16.166	20.728
IRPJ e CSLL correntes	-2.155	-2.055
IRPJ e CSLL diferidos	-	-748
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.011	17.925

Quadro de Índices Financeiros e Econômicos em 31/12/14:

Quadro de Índices Financeiros e Econômicos			
Índices Financeiros		Índice Econômico	
Índice de liquidez imediata	4,62	Margem Operacional	0,81
Índice de liquidez corrente	11,03	Margem Líquida	0,82
Índice de Liquidez Geral	25,34	Índice de Rentabilidade do Ativo	0,78
Índice de Endividamento Geral	0,04	Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,81
Índice de Composição do Endividamento	1	Índice de Giro do Ativo Total	0,79
Índice de Participação do Capital de Terceiros	0,04	Giro do Patrimônio Líquido	0,82
		Giro do Ativo Permanente	115,4